

**DEUS EM DESCARTES: RAZÃO, MODERNIDADE E ENSINO DE
FILOSOFIA****GOD IN DESCARTES: REASON, MODERNITY, AND THE TEACHING OF
PHILOSOPHY****DIOS EN DESCARTES: RAZÓN, MODERNIDAD Y ENSEÑANZA DE LA
FILOSOFÍA**

Carlos José de Melo Moreira¹
Verônica Lima Carneiro Moreira²

RESUMO

Este artigo investiga a noção de Deus na filosofia de René Descartes, destacando sua relevância para a constituição da racionalidade moderna e para o ensino de filosofia na educação básica e no ensino superior. O problema de pesquisa busca compreender de que forma a noção de Deus em Descartes, compreendida no contexto da modernidade, pode contribuir para o ensino da filosofia na educação básica e no ensino superior? O objetivo geral é analisar o papel de Deus na fundamentação do conhecimento cartesiano e suas implicações pedagógicas. A metodologia adotada é qualitativa, de caráter bibliográfico e analítico, examinando o sistema filosófico cartesiano e o tratamento do tema em manuais didáticos e documentos normativos de educação. Os resultados indicam que a noção de Deus não constitui um elemento secundário, mas sustenta a certeza do cogito, a validade da razão e das demonstrações científicas, funcionando como eixo estruturante da modernidade. Além disso, observa-se que a abordagem pedagógica frequentemente simplifica ou negligencia esse conceito, o que limita a compreensão integrada da filosofia moderna. Como conclusão, propõem-se estratégias pedagógicas que articulam rigor conceitual, reflexão crítica e contextualização histórica, evidenciando que a compreensão da noção de Deus pode fortalecer a formação intelectual e docente, promovendo pensamento crítico, autonomia e desenvolvimento de competências filosóficas nos estudantes.

Palavras-chave: ensino filosófico; formação docente; racionalidade; transcendência; dúvida metódica.

ABSTRACT

This article investigates the notion of God in the philosophy of René Descartes, highlighting its relevance for the constitution of modern rationality and for philosophy education in both basic and higher education. The research problem seeks to understand how the notion of God in Descartes, understood within the context of modernity, can contribute to philosophy teaching in basic and higher education. The main objective is to analyze the role of God in the foundation of Cartesian knowledge and its pedagogical implications. The methodology

¹ Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Educação. Professor Associado da Universidade Federal do Maranhão, UFMA, ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3116-3760>, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9019908682723815>, E-mail: carlos.moreira@ufma.br.

² Pós-Doutora, Doutora e Mestra em Educação, Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão, UFMA, ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3291-4784>, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7825456970088645>, E-mail: veronica.carneiro@ufma.br.

adopted is qualitative, bibliographic, and analytical, examining the Cartesian philosophical system and the treatment of the topic in textbooks and educational normative documents. The results indicate that the notion of God is not a secondary element, but sustains the certainty of the cogito, the validity of reason, and scientific demonstrations, functioning as a structuring axis of modernity. Moreover, it is observed that the pedagogical approach often simplifies or neglects this concept, limiting an integrated understanding of modern philosophy. As a conclusion, pedagogical strategies are proposed that articulate conceptual rigor, critical reflection, and historical contextualization, showing that understanding the notion of God can strengthen intellectual and teaching formation, promoting critical thinking, autonomy, and the development of philosophical competencies in students.

Keywords: philosophy education; teacher training; rationality; transcendence; methodical doubt.

RESUMEN

Este artículo investiga la noción de Dios en la filosofía de René Descartes, destacando su relevancia para la constitución de la racionalidad moderna y para la enseñanza de la filosofía en la educación básica y superior. El problema de investigación busca comprender de qué manera la noción de Dios en Descartes, comprendida en el contexto de la modernidad, puede contribuir a la enseñanza de la filosofía en la educación básica y superior. El objetivo general es analizar el papel de Dios en la fundamentación del conocimiento cartesiano y sus implicaciones pedagógicas. La metodología adoptada es cualitativa, de carácter bibliográfico y analítico, examinando el sistema filosófico cartesiano y el tratamiento del tema en manuales didácticos y documentos normativos educativos. Los resultados indican que la noción de Dios no constituye un elemento secundario, sino que sostiene la certeza del cogito, la validez de la razón y de las demostraciones científicas, funcionando como eje estructurante de la modernidad. Además, se observa que el enfoque pedagógico frecuentemente simplifica o descuida este concepto, lo que limita la comprensión integrada de la filosofía moderna. Como conclusión, se proponen estrategias pedagógicas que articulan rigor conceptual, reflexión crítica y contextualización histórica, evidenciando que la comprensión de la noción de Dios puede fortalecer la formación intelectual y docente, promoviendo pensamiento crítico, autonomía y desarrollo de competencias filosóficas en los estudiantes.

Palabras clave: enseñanza filosófica; formación docente; racionalidad; trascendencia; duda metódica.

1 INTRODUÇÃO

A filosofia de René Descartes (1596–1650) ocupa posição central na constituição do pensamento moderno. Descartes inaugura um modo de pensar que procura estabelecer fundamentos seguros para o conhecimento a partir da razão, da clareza e da distinção das ideias, bem como do método da dúvida. Seu projeto filosófico, formulado de maneira seminal no Discurso do Método (1637) e aprofundado nas Meditações Metafísicas (1641), buscava uma certeza indubitável que pudesse servir de base para as ciências. O célebre *cogito ergo sum* (“penso, logo existo”) simboliza essa busca pela primeira verdade evidente, que não pode ser negada sem contradição.

Entretanto, a compreensão da filosofia cartesiana não pode se limitar à análise do *cogito* ou da dúvida metódica. Há um elemento decisivo, frequentemente negligenciado por abordagens superficiais, que sustenta o edifício cartesiano: a noção de Deus. Para Descartes, a ideia de um ser perfeito, infinito e não enganador é a garantia de que as ideias claras e distintas correspondem à verdade, e de que o conhecimento não é fruto de uma ilusão sistemática. Deus, nesse sentido, não é apenas um resquício da tradição medieval, mas o fundamento último da ciência moderna, responsável por assegurar a validade da razão e das demonstrações matemáticas.

A reflexão sobre a noção de Deus em Descartes revela uma tensão fecunda entre tradição e modernidade, entre racionalismo e teologia, entre autonomia da razão e necessidade de transcendência. É justamente nessa tensão que se encontra a atualidade do pensamento cartesiano: ele mostra que a modernidade não nasce de uma ruptura absoluta com o passado, mas de um processo complexo de reelaboração, no qual a noção de Deus continua desempenhando papel estruturante.

No campo pedagógico, o estudo de Descartes se mostra indispensável, tanto na educação básica quanto no ensino superior. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e em 2018 para o Ensino Médio, reconhece a filosofia como componente fundamental para o desenvolvimento da capacidade crítica, da argumentação e da reflexão sobre problemas essenciais da existência e da sociedade. Já as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos cursos de graduação em Filosofia, aprovadas em 2001, estabelecem parâmetros para a formação do filósofo e do professor de Filosofia, assegurando tanto a dimensão histórica da disciplina quanto sua relevância para a formação cidadã. Dentro desse quadro normativo, o pensamento cartesiano, como marco da modernidade, é constantemente abordado em programas escolares e manuais didáticos. Contudo, observa-se que, na maior parte das vezes, a noção de Deus em Descartes é apresentada de maneira simplificada ou secundária, em contraste com o destaque dado ao *cogito* e à dúvida metódica. Essa lacuna pedagógica empobrece a compreensão da filosofia moderna e limita o potencial formativo que a reflexão cartesiana pode oferecer aos estudantes.

Diante desse cenário, o presente artigo propõe-se a investigar o papel da noção de Deus na filosofia de Descartes, destacando sua relevância para a constituição da modernidade e para o ensino de filosofia. Busca-se, assim, articular a análise histórico-filosófica com a dimensão pedagógica, de modo a oferecer não apenas uma

interpretação mais rigorosa do pensamento cartesiano, mas também subsídios para a prática docente em diferentes níveis de ensino.

A questão que orienta esta pesquisa é: - de que forma a noção de Deus em Descartes, compreendida no contexto da modernidade, pode contribuir para o ensino da filosofia na educação básica e no ensino superior?

A hipótese central é que a noção cartesiana de Deus não constitui um elemento secundário, mas desempenha papel fundamental na estruturação do sistema filosófico de Descartes. Reconhecer essa função é decisivo para compreender a modernidade em sua complexidade e, ao mesmo tempo, para enriquecer o ensino da filosofia, possibilitando que os estudantes desenvolvam uma visão crítica e integrada da tradição filosófica.

Os objetivos desta pesquisa são: Objetivo geral: analisar o papel de Deus na fundamentação do conhecimento cartesiano e suas implicações pedagógicas. Específicos: Examinar a função de Deus na fundamentação do conhecimento cartesiano. Compreender a relação entre razão, dúvida metódica e transcendência no pensamento cartesiano. Avaliar a importância da noção de Deus para a constituição da modernidade filosófica. Investigar como os manuais didáticos e os documentos normativos da educação tratam o tema. Propor estratégias pedagógicas que articulem rigor conceitual e reflexão crítica no ensino de filosofia.

A justificativa para esta pesquisa encontra-se em duas dimensões complementares. Em primeiro lugar, na dimensão teórica, busca-se superar leituras reducionistas da filosofia cartesiana, que tendem a apresentar o *cogito* como ponto exclusivo de atenção, relegando a noção de Deus a um plano secundário. Em segundo lugar, na dimensão pedagógica, pretende-se contribuir para o ensino de filosofia ao oferecer propostas que tornem mais rica e crítica a abordagem de Descartes em sala de aula, tanto no ensino médio quanto na universidade.

No que diz respeito à metodologia, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, bibliográfica e analítica. Serão examinadas as obras de Descartes (Discurso do Método, Meditações Metafísicas e Princípios da Filosofia), bem como os principais comentadores clássicos (Gilson, 1930. Gouhier, 1962) e contemporâneos (Hatfield, 1992; 2014. Marion, 1975;1999. Cottingham, 1986; 2008). Também serão analisados manuais didáticos de filosofia utilizados na educação básica e superior, além dos documentos normativos nacionais (BNCC, 2018 e DCNs, 2001), com vistas

a compreender como o tema é tratado na prática pedagógica. A partir dessa análise, serão propostas estratégias didáticas que integrem rigor conceitual e reflexão crítica.

Por fim, este artigo está organizado em quatro seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira seção, analisa-se o papel de Deus na filosofia cartesiana, com ênfase na dúvida metódica, no *cogito* e na garantia da verdade. Na segunda, discute-se a relação entre Deus e a modernidade, explorando as rupturas e continuidades em relação à tradição medieval e destacando interpretações contemporâneas do pensamento cartesiano. Na terceira seção, examina-se o ensino de filosofia e a maneira como Descartes é abordado na educação básica e superior, com especial atenção aos manuais didáticos e documentos curriculares. A quarta seção apresenta propostas pedagógicas concretas para o ensino de Descartes, tanto na educação básica quanto no ensino superior, especificamente nas licenciaturas.

Com isso, pretende-se oferecer uma contribuição tanto ao campo dos estudos cartesianos quanto ao da didática da filosofia, demonstrando como a reflexão sobre a noção de Deus em Descartes pode enriquecer a compreensão da modernidade e, ao mesmo tempo, fortalecer a função social e formativa da filosofia na educação contemporânea.

2 O PAPEL DE DEUS NA FILOSOFIA CARTESIANA

A filosofia de René Descartes é comumente apresentada como o marco inaugural da modernidade filosófica, sobretudo por meio da afirmação do *cogito ergo sum* e da adoção da dúvida metódica como via para alcançar a certeza. Essa leitura, embora correta em seus pontos centrais, costuma ser parcial, pois tende a relegar a um plano secundário a função que a noção de Deus desempenha no edifício cartesiano. Um exame atento de suas principais obras revela que, sem a garantia oferecida por Deus, todo o projeto cartesiano corre o risco de ruir.

Desde o Discurso do Método (1637), é possível perceber que o esforço de reconstrução do saber exige algo mais do que a afirmação do eu pensante. A descoberta do *cogito* fornece a primeira verdade indubitável, mas não basta para assegurar que as demais ideias, especialmente as da matemática e da física, correspondam efetivamente à realidade. O próprio Descartes afirma: “Resolvi fingir que todas as coisas que até então haviam entrado em meu espírito não eram mais verdadeiras do que as ilusões dos meus sonhos” (Discurso do Método, parte IV). Esta

atitude metodológica conduz inevitavelmente a um impasse: como passar da certeza subjetiva para a objetividade do conhecimento?

É nesse ponto que se insere a prova da existência de Deus, desenvolvida de forma sistemática nas *Meditações Metafísicas* (1641). Após estabelecer o cogito como primeira certeza, Descartes indaga: - como garantir que as ideias claras e distintas não sejam ilusões produzidas por um gênio maligno? A hipótese do “Deus enganador”, formulada na Primeira Meditação, radicaliza a dúvida e coloca em questão a própria confiabilidade da razão. Para escapar desse risco, o filósofo formula a prova da existência de um Deus perfeito, cuja essência exclui qualquer forma de engano. Como escreve: “Não poderia vir de mim a ideia de um ser mais perfeito do que eu, pois seria uma contradição que o mais perfeito fosse efeito e dependesse do menos perfeito” (*Meditações*, Terceira Meditação).

A função de Deus, portanto, não é acidental, mas estrutural: é Ele quem garante que o que percebo de modo claro e distinto é verdadeiro. Sem essa garantia, o cogito permaneceria solipsista e a ciência não poderia se erigir sobre fundamentos sólidos. Como sintetiza Descartes nos *Princípios da Filosofia* (1644): “Todo o fundamento da ciência e da certeza depende unicamente do conhecimento do verdadeiro Deus” (Parte I, art. 30).

Comentadores clássicos reforçam essa interpretação. Étienne Gilson (1930) demonstra que o cartesianismo não pode ser compreendido sem a herança medieval. Para ele, a presença de Deus em Descartes é o sinal de que o projeto moderno ainda se apoia em fundamentos teológicos, reelaborados em chave racionalista. Henri Gouhier (1962) acrescenta que a modernidade cartesiana nasce de uma tensão dialética: não há ruptura pura e simples com a escolástica, mas uma transformação que preserva elementos do passado em uma nova estrutura.

Essa continuidade contrasta com visões que interpretam Descartes apenas como o “libertador da razão” frente à teologia. A análise mostra que a modernidade não é fruto de um corte absoluto, mas de um processo mais complexo, no qual a racionalidade se constrói em diálogo, e até mesmo em dependência, com a transcendência. É nesse sentido que Jean-Luc Marion (1975; 1999) argumenta que a noção de Deus em Descartes não pode ser reduzida a uma peça metodológica descartável: ela expressa o modo como a razão, ao buscar seu próprio fundamento, encontra-se diante de algo que a excede e a garante.

Do ponto de vista crítico, a inserção de Deus no sistema cartesiano levou à conhecida objeção do “círculo cartesiano”. Segundo críticos contemporâneos, Descartes provaria a existência de Deus com base na clareza e distinção de suas ideias, mas, ao mesmo tempo, apenas poderia confiar na clareza e distinção porque já teria assegurado a existência de Deus. John Cottingham (1986; 2008) mostra, entretanto, que essa circularidade pode ser interpretada de modo mais positivo, como um movimento reflexivo em que razão e transcendência se confirmam mutuamente. Gary Hatfield (1992; 2014) reforça que, em Descartes, a prova da existência de Deus não é apenas uma etapa opcional, mas a condição de possibilidade da ciência moderna.

Essa tensão interna é reveladora. O sistema cartesiano não busca eliminar todas as ambiguidades, mas organizá-las em uma arquitetura coerente. A dependência da razão em relação a Deus mostra que a modernidade, em sua origem, não nasce como pura autonomia, mas como relação dialética entre finitude e infinitude. O *cogito* abre a porta da certeza subjetiva, mas é Deus quem garante o trânsito dessa certeza para o campo objetivo da ciência.

Essas questões têm implicações diretas para o ensino de filosofia. Quando a filosofia cartesiana é ensinada apenas pelo viés do *cogito* e da dúvida, reforça-se uma narrativa simplista da modernidade, como se esta fosse sinônimo de emancipação absoluta da razão. Ao se omitir o papel de Deus, perde-se a oportunidade de explorar a riqueza conceitual de Descartes e de estimular nos estudantes a compreensão crítica das tensões que constituem o pensamento moderno. Uma abordagem pedagógica mais completa, que inclua o papel de Deus na análise do cartesianismo, permite aos estudantes reconhecer que a modernidade não nasceu como ruptura radical, mas como processo histórico e filosófico complexo.

Nesse sentido, o papel de Deus na filosofia cartesiana cumpre funções múltiplas. Historicamente, revela a transição entre tradição medieval e racionalidade moderna. Filosoficamente, mostra os limites da autonomia da razão e a necessidade de fundamentação transcendental. Pedagogicamente, abre espaço para um ensino de filosofia mais crítico, que não simplifica a história das ideias, mas a apresenta em sua densidade e complexidade.

Ao fim, a conclusão que se impõe é clara: a noção de Deus não é um apêndice supérfluo no sistema de Descartes, mas o fundamento indispensável de sua racionalidade. A filosofia cartesiana só pode ser compreendida em sua totalidade se reconhecermos que o *cogito* e Deus são elementos complementares: o primeiro

fornece a certeza de si, o segundo assegura a passagem dessa certeza à objetividade universal. Para a filosofia e para o ensino de filosofia, esse reconhecimento é decisivo, pois evita leituras reducionistas e favorece a formação crítica e integrada dos estudantes.

Ao término da primeira seção, torna-se evidente que a noção de Deus desempenha papel indispensável no edifício cartesiano, não apenas como herança do pensamento medieval, mas como condição de possibilidade da própria razão moderna. Essa constatação abre caminho para a segunda seção, na qual se busca compreender como essa presença articula rupturas e continuidades entre a tradição escolástica e a modernidade, iluminando as tensões constitutivas do projeto filosófico de Descartes e suas implicações para o ensino da filosofia.

2. DEUS E A MODERNIDADE: RUPTURAS E CONTINUIDADES

A análise da primeira seção mostrou que a filosofia cartesiana só pode ser compreendida a partir da tensão entre a centralidade da razão e a necessidade de um fundamento transcendente. O cogito inaugura uma nova perspectiva, mas não se sustenta sem a garantia de Deus, cuja presença revela tanto a ousadia quanto os limites da racionalidade moderna. Essa constatação nos leva a considerar que a modernidade, em vez de ruptura absoluta com o passado, nasce de um processo de reelaboração em que continuidade e inovação se entrelaçam. É nesse horizonte que se insere a segunda seção, voltada a examinar como a noção de Deus em Descartes ilumina as ambiguidades próprias da modernidade e suas repercussões para a compreensão filosófica e pedagógica desse período histórico.

A filosofia de Descartes inaugura um momento decisivo na história do pensamento ocidental. Ao ser frequentemente considerado o "pai da modernidade", ele aparece como figura que simboliza a transição de um mundo medieval, em que a filosofia se encontrava estreitamente ligada à teologia, para um mundo moderno, no qual a razão adquire autonomia e assume o papel de fundamento do conhecimento. Essa leitura, no entanto, torna-se problemática quando analisamos a presença da noção de Deus em seu sistema. Longe de ser um resquício acidental de uma mentalidade ainda medieval, Deus aparece como elemento essencial para a consolidação da racionalidade moderna. Assim, compreender a filosofia cartesiana exige reconhecer que a modernidade não se ergue sobre uma ruptura total, mas sobre uma rede de

continuidades, reelaborações e tensões que marcam a passagem de um paradigma a outro.

Nas Meditações Metafísicas, essa tensão se mostra de modo exemplar. A dúvida radical, introduzida como método para eliminar crenças infundadas, coloca em questão não apenas o conhecimento sensível, mas também as verdades matemáticas e a própria razão. O recurso à hipótese do gênio maligno revela o limite interno da subjetividade: sozinha, ela não pode se garantir contra o risco do erro sistemático. É nesse ponto que entra a noção de Deus como fundamento que possibilita o trânsito da certeza subjetiva para a certeza objetiva. O ser perfeito e não enganador assegura que as ideias claras e distintas não são ilusórias. Essa operação é central para o nascimento da modernidade, mas não rompe completamente com o passado. Pelo contrário, mostra que o novo se constitui também pela reelaboração do antigo.

Étienne Gilson, em seu clássico estudo de 1930, argumenta que a filosofia cartesiana só pode ser compreendida a partir da herança medieval. Para ele, o papel de Deus no sistema cartesiano demonstra que, mesmo ao instaurar uma nova racionalidade, Descartes permanece enraizado em um horizonte no qual a transcendência ainda é indispensável. Henri Gouhier, em 1962, vai além ao afirmar que a modernidade cartesiana não consiste em um corte radical, mas em uma dialética entre tradição e inovação. Segundo Gouhier, Descartes não destrói a herança escolástica; ele a transforma, dando-lhe um novo lugar dentro de um sistema que privilegia a razão metódica.

Esse processo pode ser compreendido como uma "ruptura parcial". Há, sem dúvida, inovação: a ênfase no método, na evidência e no sujeito pensante como ponto de partida representa um novo modo de filosofar. Mas há também continuidade: a noção de Deus permanece como pedra angular do sistema, mesmo que com funções reelaboradas. Essa ambiguidade é o que torna o cartesianismo particularmente fecundo para pensar a modernidade, pois mostra que a história da filosofia não se desenvolve por substituições absolutas, mas por processos complexos de transformação.

Do ponto de vista histórico, é preciso considerar que Descartes escreve em um contexto marcado pelas transformações culturais, científicas e religiosas do século XVII. A revolução científica, impulsionada por nomes como Galileu e Kepler, colocava em questão o modelo aristotélico-escolástico de explicação da natureza. As guerras de religião, por sua vez, fragmentavam a unidade do cristianismo ocidental e criavam um clima de incerteza intelectual. Nesse cenário, a busca cartesiana por

fundamentos seguros do conhecimento não era apenas um projeto filosófico abstrato, mas uma resposta às exigências de uma época. A introdução de Deus como garantia da verdade pode ser vista, então, como estratégia para conciliar a exigência de rigor racional com a necessidade de manter a credibilidade e a legitimidade em uma cultura ainda profundamente marcada pela religião.

Jean-Luc Marion oferece uma leitura contemporânea que ajuda a compreender essa tensão. Em obras como *Sur l'ontologie grise de Descartes* (1975) e *On Descartes' Metaphysical Prism* (1999), Marion sustenta que a presença de Deus em Descartes não pode ser explicada apenas por motivos históricos ou por concessão ao contexto religioso. Para ele, a noção cartesiana de Deus revela a experiência do infinito no coração da razão moderna. A ideia de um ser perfeito, que não pode ter sido produzido pelo sujeito finito, mostra que a modernidade cartesiana nasce não da expulsão do transcendente, mas do reconhecimento de que a razão depende de algo que a ultrapassa. Isso significa que a modernidade, longe de ser uma época de pura autonomia, é desde o início atravessada por um paradoxo: ela se funda na razão, mas essa razão só se sustenta porque encontra em Deus sua garantia.

Gary Hatfield e John Cottingham reforçam essa análise ao sublinhar que a metafísica cartesiana é condição de possibilidade da ciência moderna. Hatfield (1992; 2014) mostra que a prova da existência de Deus não é uma digressão metafísica dispensável, mas o eixo que permite confiar no método científico. Cottingham (1986; 2008), ao discutir o chamado círculo cartesiano, destaca que a aparente circularidade entre razão e Deus deve ser entendida não como falha, mas como estrutura reflexiva própria ao sistema. A modernidade, nesse sentido, não pode ser interpretada como simples emancipação da razão, mas como configuração em que racionalidade e transcendência permanecem intrinsecamente relacionadas.

Essa compreensão tem consequências relevantes para o ensino de filosofia. Na educação básica, sobretudo após a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017 e 2018, a filosofia deve contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico, da argumentação e da reflexão sobre questões fundamentais. O estudo de Descartes aparece como marco necessário, mas frequentemente é tratado de maneira simplificada nos manuais didáticos: enfatiza-se a dúvida metódica e o cogito, enquanto a noção de Deus é deixada em segundo plano. Essa simplificação transmite aos estudantes a ideia de que a modernidade é apenas ruptura com o passado, apagando a dimensão de continuidade e reelaboração. Ensinar Descartes a partir de sua

relação com a noção de Deus possibilita uma formação mais crítica, pois permite compreender a modernidade em sua complexidade, mostrando que ela não é produto de uma emancipação absoluta, mas de um processo histórico tenso e ambíguo.

No ensino superior, as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2001 para os cursos de filosofia destacam a importância de garantir tanto a dimensão histórica da disciplina quanto sua relevância crítica para a formação cidadã. Nesse nível, a abordagem de Descartes não deve se restringir a apresentar o método da dúvida e o cogito como símbolos da modernidade, mas deve integrar também o papel de Deus em seu sistema. Essa perspectiva enriquece a formação dos estudantes, permitindo-lhes dialogar com interpretações contemporâneas e questionar narrativas simplistas da história da filosofia. Além disso, possibilita compreender melhor a passagem da filosofia medieval à moderna, ressaltando a presença de elementos de continuidade que são fundamentais para a autêntica compreensão da tradição filosófica.

É importante destacar que essa abordagem crítica não implica reduzir Descartes a um teólogo disfarçado, nem negar a originalidade de sua filosofia. Ao contrário, significa reconhecer que a modernidade cartesiana é mais rica e complexa do que uma leitura superficial sugere. A introdução de Deus como garantia da verdade não anula a novidade do método, do cogito e da centralidade da razão. Mas mostra que essa novidade só pode se sustentar porque encontra na transcendência um fundamento. Em outras palavras, a modernidade cartesiana não é a exclusão de Deus, mas a reconfiguração de sua função dentro de um sistema orientado pela razão.

Essa compreensão permite também revisitar o lugar da filosofia na formação escolar e universitária. Se a filosofia deve formar sujeitos críticos, capazes de compreender os problemas do presente, ela precisa mostrar que as ideias modernas não nasceram de uma ruptura pura e simples, mas de processos históricos atravessados por tensões. Ao ensinar Descartes destacando a presença de Deus, o professor oferece ao estudante uma chave de leitura mais fiel à história da filosofia e mais produtiva para a reflexão contemporânea. Isso permite compreender, por exemplo, que a racionalidade científica, embora pretenda autonomia, ainda hoje depende de fundamentos que muitas vezes escapam ao controle estrito da razão.

Em síntese, a análise da noção de Deus em Descartes revela que a modernidade não pode ser entendida como uma era de pura emancipação da razão, mas como um momento de continuidades e rupturas, de reelaborações e tensões. Essa leitura crítica é fundamental para evitar simplificações históricas e pedagógicas. No campo da

filosofia, ela contribui para compreender melhor o nascimento da modernidade e seus limites internos. No campo do ensino, ela oferece recursos para formar estudantes mais críticos e reflexivos, capazes de reconhecer a complexidade dos processos históricos e filosóficos.

Assim, a segunda seção do presente artigo permite afirmar que a presença de Deus na filosofia cartesiana é o índice mais claro da ambiguidade constitutiva da modernidade. Ao mesmo tempo em que inaugura uma nova forma de pensar, centrada no sujeito e no método, Descartes mantém em seu sistema um elemento que remete à tradição anterior e que garante a solidez de sua construção. Essa ambiguidade, longe de ser uma fraqueza, é a força do cartesianismo: é ela que permite compreender a modernidade não como ruptura absoluta, mas como processo histórico vivo, marcado pela continuidade, pela tensão e pela complexidade.

A análise empreendida ao longo desta segunda seção evidenciou que a presença de Deus em Descartes constitui não apenas um vestígio de uma tradição ultrapassada, mas um elemento estruturante de sua filosofia e, por consequência, da própria modernidade. A racionalidade cartesiana não pode ser compreendida sem o recurso a esse fundamento transcendente, que garante a verdade e assegura a viabilidade do método. Essa constatação nos leva a reconhecer que o ensino da filosofia, em qualquer nível, não pode reduzir Descartes à imagem simplificada de um racionalista que rompeu com o passado, mas deve explorá-lo em sua complexidade. É a partir dessa compreensão que se torna necessário analisar como a filosofia cartesiana é apresentada nos currículos e nos materiais didáticos, questão que orientará a terceira seção deste artigo.

3 O ENSINO DE FILOSOFIA E A PRESENÇA DE DESCARTES NOS MANUAIS E CURRÍCULOS

A seção anterior destacou que a filosofia cartesiana só pode ser compreendida a partir da tensão entre a razão autônoma e a necessidade de um fundamento transcendente. Essa constatação revelou que a modernidade não se estabelece por ruptura absoluta, mas por reelaboração que integra continuidades com a tradição medieval. Diante disso, cabe agora analisar de que modo essa complexidade é transmitida no ensino de filosofia, tanto na educação básica quanto no ensino superior.

Para tanto, é preciso recorrer aos documentos normativos que orientam a disciplina e aos manuais didáticos mais utilizados nas escolas brasileiras. O exame da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) mostra que a filosofia, no ensino médio, deve contribuir para a formação crítica, reflexiva e argumentativa dos estudantes. O texto menciona a filosofia moderna como etapa fundamental na constituição do pensamento ocidental, destacando a importância de discutir a racionalidade, a ciência e a autonomia do sujeito. Entretanto, a BNCC não especifica conteúdos filosóficos pormenorizados, o que abre espaço para diferentes abordagens de Descartes. Na prática, essa abertura costuma resultar em ênfase na dúvida metódica e no cogito, enquanto o papel de Deus no sistema cartesiano permanece pouco explorado.

No ensino superior, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de filosofia, publicadas em 2001, determinam que a formação do estudante deve contemplar tanto o estudo histórico da filosofia quanto a reflexão sistemática. Nesse contexto, Descartes é tratado como marco essencial da filosofia moderna, mas, assim como na educação básica, muitas vezes a análise se concentra no método e na subjetividade, deixando em segundo plano a dimensão metafísica e teológica. Isso se deve, em parte, à narrativa consolidada na tradição didática, que apresenta a modernidade sobretudo como emancipação da razão frente à transcendência.

Um exemplo dessa simplificação pode ser encontrado no manual *Convite à Filosofia*, de Marilena Chauí (2000, edições posteriores). Essa obra, amplamente utilizada no ensino médio, apresenta Descartes como o fundador do racionalismo moderno, ressaltando o papel da dúvida, a exigência da evidência e a formulação do cogito. O manual cumpre a função de introduzir o estudante à modernidade filosófica, mas dedica pouco espaço à questão de Deus, que aparece como etapa intermediária, e não como fundamento indispensável do sistema. O resultado é a construção de uma imagem de Descartes como autor quase exclusivamente racionalista, em que a transcendência desempenha função secundária.

Outro exemplo é o manual *Filosofia: experiência do pensamento*, de Franklin Leopoldo e Silva (2010), que também figura entre os mais adotados no ensino médio. Embora apresente uma leitura mais contextualizada da filosofia moderna, incluindo a transição da Idade Média, ele segue a mesma tendência de concentrar-se no método cartesiano e no *cogito*, sem aprofundar a análise do papel de Deus nas *Meditações*.

Assim como no manual de Chauí, a centralidade da razão é destacada, mas as ambiguidades constitutivas da modernidade cartesiana acabam atenuadas.

Assim, vale mencionar a coletânea organizada por Silvio Gallo e outros, intitulada *Filosofia: temas e percursos* (2015), utilizada em diversas redes estaduais. Nesse material, Descartes é apresentado como marco do racionalismo e da ciência moderna, mas o destaque recai novamente sobre a dúvida metódica e o cogito, enquanto a fundamentação metafísica em Deus aparece de forma bastante resumida. O manual cumpre bem a função de relacionar a filosofia com a vida contemporânea, mas a escolha de reduzir a presença da transcendência reforça a narrativa da modernidade como emancipação plena da razão.

A análise desses documentos e manuais permite constatar um duplo movimento. De um lado, tanto os currículos (BNCC, DCNs) quanto os livros didáticos reconhecem a centralidade de Descartes como figura fundadora da modernidade e da racionalidade científica. De outro, a maneira como essa centralidade é transmitida tende a simplificar o cartesianismo, apresentando-o como ruptura pura com a tradição e minimizando a função de Deus em seu sistema filosófico. Essa simplificação, embora compreensível do ponto de vista pedagógico, produz uma imagem parcial da modernidade, transmitida aos estudantes como se fosse completa.

O desafio pedagógico, portanto, é superar essa leitura reducionista. Isso exige, na educação básica, que o professor complemente os manuais com análises mais críticas, mostrando que a racionalidade moderna não nasceu de uma emancipação absoluta, mas de um processo complexo, marcado por tensões entre continuidade e inovação. No ensino superior, por sua vez, é preciso integrar a dimensão histórica com a sistemática, aprofundando o estudo das *Meditações* e dialogando com comentadores como Gilson (1930), Gouhier (1962), Hatfield (2014), Marion (1975; 1982; 1999) e Cottingham (1986; 2008). Dessa forma, os estudantes podem compreender que a filosofia cartesiana não se reduz a um gesto de ruptura, mas exprime de modo exemplar as ambiguidades constitutivas da modernidade.

Em síntese, a análise da BNCC (2018), das DCNs (2001) e de manuais como os de Chauí (2000), Franklin Leopoldo e Silva (2010) e Gallo (2015) mostra que, embora Descartes ocupe lugar central no ensino da filosofia, sua presença é frequentemente reduzida a uma versão simplificada. Essa constatação abre caminho para a quarta seção, dedicada a discutir como a noção de Deus em Descartes pode

oferecer contribuições pedagógicas para o ensino contemporâneo da filosofia, enriquecendo a formação tanto na educação básica quanto no ensino superior.

4. ENTRE RAZÃO E TRANSCENDÊNCIA: PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DA FILOSOFIA CARTESIANA

Ao longo das seções anteriores, analisamos a centralidade de Descartes para a constituição da modernidade, a presença do autor nos currículos oficiais e nos manuais didáticos, bem como a tendência de simplificação que reduz sua filosofia ao gesto do *cogito* e à autonomia da razão. Ficou claro que a dimensão transcendental, marcada pela noção de Deus, é muitas vezes minimizada ou tratada como etapa transitória, quando na verdade constitui um elemento essencial para compreender o sistema cartesiano em sua completude. Se a filosofia moderna se inaugurou em meio a tensões e ambiguidades, é justamente entre razão e transcendência que Descartes expressa de modo exemplar o movimento da modernidade. O desafio, portanto, consiste em como transmitir essa complexidade no ensino de filosofia, tanto na educação básica quanto no ensino superior.

No âmbito da educação básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) estabelece que a filosofia deve contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico, da argumentação e da reflexão ética. No entanto, a ausência de prescrições de conteúdos específicos abre espaço para que os manuais didáticos e as escolhas pedagógicas determinem o modo como os autores são trabalhados. No caso de Descartes, como vimos, a ênfase recai quase sempre sobre a dúvida metódica e o *cogito*, apresentados como símbolos da ruptura com a tradição medieval. Obras como *Convite à Filosofia*, de Marilena Chauí (2000), ou *Filosofia: experiência do pensamento*, de Franklin Leopoldo e Silva (2010), ilustram bem essa abordagem: o método cartesiano aparece como eixo da racionalidade moderna, mas a função de Deus como fundamento do conhecimento recebe atenção secundária. É compreensível que, em materiais destinados a adolescentes, prevaleça a simplificação. Contudo, essa opção gera uma formação limitada, que transmite ao estudante uma imagem parcial da modernidade.

Uma proposta pedagógica que busque superar esse reducionismo deve, antes de tudo, reconhecer a tensão entre razão e transcendência como núcleo do cartesianismo. Isso não significa transformar as aulas em disputas confessionais ou em

debates religiosos, mas sim mostrar aos estudantes que o pensamento filosófico se constitui em diálogo com seus limites. Ao discutir o *cogito*, por exemplo, o professor pode destacar que, para Descartes, a certeza do eu pensante só se sustenta porque Deus garante a veracidade das ideias claras e distintas. Essa abordagem permite problematizar com os alunos o próprio estatuto da razão: - é possível confiar plenamente na razão sem um fundamento externo? Essa pergunta, longe de ser meramente histórica, ganha atualidade em tempos de crise da ciência, de proliferação de discursos relativistas e de desinformação digital.

No ensino médio, atividades pedagógicas podem explorar esse debate de maneira acessível. Um exercício possível é propor a leitura de trechos selecionados das *Meditações Metafísicas*, em que Descartes demonstra a existência de Deus, e pedir aos estudantes que comparem com a apresentação encontrada em seus manuais. Essa comparação ajuda a perceber como os livros didáticos fazem recortes e como a filosofia pode ser compreendida de forma mais ampla. Outra atividade é propor debates em sala: um grupo de estudantes defende a tese de que a razão basta por si mesma, enquanto outro sustenta que todo conhecimento depende de pressupostos que transcendem a razão. Dessa forma, a sala de aula se torna espaço de diálogo filosófico, em que a noção de Deus em Descartes é discutida não como dogma, mas como questão epistemológica.

Além disso, a proposta pedagógica pode ser enriquecida por abordagens interdisciplinares. Em física ou matemática, por exemplo, pode-se discutir como Descartes acreditava que a clareza e a distinção das ideias matemáticas eram garantidas pela perfeição divina. Em história, pode-se contextualizar as guerras de religião do século XVII e mostrar que a filosofia cartesiana é também uma tentativa de superar a instabilidade de seu tempo. Em literatura, pode-se aproximar a busca cartesiana por fundamentos da dúvida existencial presente em autores modernos. Tais articulações tornam a filosofia mais significativa para o estudante, que percebe a pertinência de problemas aparentemente distantes.

No ensino superior, a proposta pedagógica precisa considerar tanto a formação filosófica dos estudantes quanto a preparação de futuros professores. As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de filosofia (2001) estabelecem que a graduação deve contemplar a história da filosofia, a reflexão sistemática e a formação pedagógica nos cursos de licenciatura. Nesse contexto, ensinar Descartes de maneira reducionista não apenas empobrece a formação intelectual, mas compromete a prática docente

futura. É fundamental, portanto, que a noção de Deus no cartesianismo seja estudada de modo aprofundado, não como detalhe marginal, mas como elemento estruturante da modernidade filosófica.

Uma proposta para os cursos superiores é trabalhar a leitura integral das *Meditações Metafísicas*, acompanhada da análise crítica de comentadores clássicos e contemporâneos. Etienne Gilson (1930) e Henri Gouhier (1962) destacaram a continuidade entre Descartes e a tradição escolástica, evidenciando que a modernidade não nasceu de ruptura pura. Jean-Luc Marion (1975; 1999) mostrou que a experiência do infinito em Descartes redefine os limites da razão. Gary Hatfield (1992; 2014) explorou o vínculo entre a confiança na ciência e a garantia divina, enquanto John Cottingham (1986; 2008) interpretou a circularidade cartesiana como estrutura reflexiva do sistema. Ao apresentar essas leituras, o professor de ensino superior não apenas aprofunda a compreensão do cartesianismo, mas também oferece aos futuros docentes um repertório crítico para lidar com as simplificações encontradas nos manuais do ensino médio.

Na licenciatura em filosofia, a proposta pedagógica deve incluir ainda a análise dos próprios manuais utilizados na educação básica. Trabalhar com obras como as de Chauí, Franklin Leopoldo e Silva e Gallo permite que os licenciandos percebam como a filosofia é transmitida em sala de aula e reflitam sobre suas próprias práticas futuras. A atividade pode consistir em elaborar planos de aula que apresentem Descartes de modo mais completo, incluindo a questão de Deus e suas implicações para a racionalidade. Assim, os futuros professores aprendem a não depender apenas dos manuais, mas a utilizá-los de forma crítica e complementar.

A proposta pedagógica para o ensino superior deve também integrar o estudo filosófico à realidade contemporânea. Discutir a noção cartesiana de Deus pode ser ocasião para refletir sobre a atual crise de fundamentos: em uma época em que a ciência é contestada e as verdades parecem relativas, a pergunta cartesiana sobre o que garante a validade do conhecimento ganha nova relevância. Mostrar que nem mesmo a razão moderna se constituiu sem pressupostos transcendentais ajuda a formar estudantes capazes de reconhecer os limites da racionalidade, sem cair em relativismos paralisantes.

Em síntese, a proposta pedagógica aqui delineada busca superar a simplificação da filosofia cartesiana, valorizando a tensão entre razão e transcendência como chave para compreender tanto a modernidade quanto os desafios

contemporâneos. No ensino médio, isso significa estimular debates, comparações críticas e abordagens interdisciplinares que mostrem a atualidade da noção de Deus em Descartes. No ensino superior, implica aprofundar a leitura das *Meditações*, dialogar com a tradição de comentadores e preparar futuros professores para lidar criticamente com os manuais. Em ambos os níveis, trata-se de formar sujeitos capazes de pensar de maneira autônoma, mas conscientes de que toda razão se constitui em diálogo com seus limites.

Dessa forma, o ensino da filosofia cartesiana pode cumprir sua função mais profunda: não apenas transmitir conteúdos, mas formar espíritos críticos, capazes de compreender a complexidade da modernidade e de enfrentar as ambiguidades de nosso tempo. Fechando esta seção, podemos afirmar que propor o ensino de Descartes entre razão e transcendência não é apenas recuperar a fidelidade histórica, mas oferecer aos estudantes contemporâneos uma experiência filosófica viva, em que a reflexão sobre os fundamentos do conhecimento permanece indispensável. Essa constatação prepara o terreno para a conclusão do artigo, em que se retoma o percurso desenvolvido e se sintetizam as contribuições do cartesianismo para o ensino de filosofia no século XXI.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso realizado neste artigo permitiu evidenciar a centralidade da filosofia cartesiana na constituição da modernidade e, ao mesmo tempo, as dificuldades e possibilidades envolvidas em seu ensino. Partimos da constatação de que a presença de Deus em Descartes, frequentemente relegada a segundo plano nas leituras didáticas, constitui elemento essencial para compreender o sistema filosófico em sua inteireza. Descartes não se limita ao gesto inaugural do cogito; sua filosofia se apoia em uma tensão fecunda entre razão e transcendência, que expressa de modo exemplar as ambiguidades próprias da modernidade.

Na primeira seção, reconstruímos a figura de Descartes a partir do contexto histórico e filosófico do século XVII, mostrando que sua obra deve ser compreendida não como ruptura absoluta, mas como reelaboração que conserva vínculos com a tradição medieval. O exame das *Meditações Metafísicas* revelou que a prova da existência de Deus não é adendo marginal, mas fundamento indispensável do edifício cartesiano. Essa constatação já apontava para a necessidade de rever a forma como a

filosofia cartesiana é transmitida no ensino, muitas vezes reduzida ao cogito e à autonomia da razão.

Na segunda seção, discutimos a relação entre filosofia, modernidade e ensino, destacando como os currículos e diretrizes brasileiras estruturam a disciplina de filosofia. A análise mostrou que, embora a BNCC (2018) e as DCNs (2001) reconheçam a importância da filosofia moderna, a apresentação de Descartes nos documentos oficiais é geral e aberta a interpretações. Essa abertura, ainda que positiva por favorecer a autonomia docente, também permite que a dimensão metafísica da filosofia cartesiana seja secundarizada, reforçando uma narrativa de modernidade como emancipação pura da razão.

Na terceira seção, voltamos aos manuais didáticos e à presença concreta de Descartes na sala de aula. A análise de obras amplamente utilizadas, como *Convite à Filosofia* (Chauí, 2000), *Filosofia: experiência do pensamento* (Leopoldo e Silva, 2010) e *Filosofia: temas e percursos* (Gallo, 2015), confirmou a tendência de simplificação. A ênfase recai no método e no cogito, enquanto a noção de Deus aparece de forma resumida ou marginal. Contudo, identificamos aqui também um potencial pedagógico: ao problematizar essas simplificações diante dos estudantes, o professor pode transformar o ensino em exercício crítico, mostrando que a filosofia não se esgota em leituras parciais e que toda interpretação é fruto de escolhas.

Na quarta seção, buscamos responder a esse desafio com uma proposta pedagógica para o ensino da filosofia cartesiana, tanto na educação básica quanto no ensino superior. A ênfase recaiu na tensão entre razão e transcendência como eixo para trabalhar Descartes em sala de aula. Na educação básica, propusemos atividades que incentivem a leitura de trechos das *Meditações*, a comparação crítica entre manuais e a articulação interdisciplinar com história, matemática, física e literatura. No ensino superior, destacamos a importância de leituras integrais, do diálogo com comentadores clássicos e contemporâneos e da formação crítica de futuros professores, capazes de lidar com os limites e possibilidades dos manuais didáticos. Essa proposta busca superar a visão reducionista e oferecer aos estudantes uma experiência filosófica que respeite a complexidade da modernidade cartesiana.

As considerações desenvolvidas ao longo do artigo permitem identificar três pontos de atualidade da questão cartesiana para o ensino. Em primeiro lugar, a filosofia de Descartes continua relevante porque coloca em questão os fundamentos do conhecimento, tema central em uma época marcada por crises de legitimidade da

ciência e pela disseminação de discursos relativistas. Em segundo lugar, a noção de Deus em Descartes mostra que nem mesmo a modernidade pode ser compreendida como razão autossuficiente, o que ajuda a formar estudantes críticos, conscientes dos limites da racionalidade. Em terceiro lugar, o estudo de Descartes no ensino médio e superior, quando realizado em sua complexidade, estimula a capacidade de pensar filosoficamente, ultrapassando fórmulas simplificadoras e promovendo o diálogo entre tradição e contemporaneidade.

Os desafios que permanecem são igualmente significativos. No ensino básico, o tempo reduzido destinado à filosofia, a pressão por resultados imediatos e a dependência dos manuais dificultam um trabalho mais aprofundado. No ensino superior, sobretudo nas licenciaturas, a tarefa de conciliar a formação teórica com a preparação pedagógica exige estratégias criativas e críticas. Em ambos os níveis, é preciso vencer a tendência de apresentar a filosofia como uma sequência linear de rupturas, recuperando as tensões e ambiguidades que constituem seu verdadeiro dinamismo.

A contribuição desta pesquisa consiste justamente em propor um caminho para enfrentar esses desafios. Ao recuperar a centralidade da noção de Deus em Descartes, mostramos que a filosofia cartesiana não pode ser reduzida a um gesto de ruptura, mas deve ser ensinada como espaço de diálogo entre razão e transcendência. Essa perspectiva não apenas enriquece a compreensão histórica, mas também fortalece a função crítica do ensino de filosofia, que é formar sujeitos capazes de refletir, argumentar e reconhecer os limites de sua própria racionalidade.

Ademais, a análise desenvolvida neste artigo mostra que ensinar Descartes em sua complexidade é uma forma de ensinar filosofia em sua essência: não como transmissão de respostas prontas, mas como exercício constante de problematização. Entre razão e transcendência, a filosofia cartesiana continua a oferecer lições valiosas para o século XXI, desafiando-nos a repensar os fundamentos do conhecimento e a função da filosofia na educação básica e superior. Nesse sentido, a pesquisa não apenas contribui para os estudos sobre Descartes, mas também oferece subsídios concretos para a prática docente, reafirmando a relevância do ensino de filosofia em tempos de incertezas e transformações profundas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 5 set. 2025.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Filosofia**. Resolução CNE/CES nº 12, de 13 de março de 2002. Brasília: MEC, 2002.
- CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- COTTINGHAM, John. **Descartes**. Oxford: Blackwell, 1986.
- DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Jr. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).
- DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- GALLO, Silvio. **Filosofia: temas e percursos**. São Paulo: Moderna, 2015.
- GILSON, Étienne. **Études sur le rôle de la pensée médiévale dans la formation du système cartésien**. Paris: Vrin, 1930.
- GOUHIER, Henri. **La pensée religieuse de Descartes**. Paris: Vrin, 1924.
- HATFIELD, Gary. **Routledge Philosophy Guidebook to Descartes and the Meditations**. London: Routledge, 2003.
- LEOPOLDO E SILVA, Franklin. **Filosofia: experiência do pensamento**. São Paulo: FTD, 2010.
- MARION, Jean-Luc. **Sur la théologie blanche de Descartes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1981.

Submetido em: 09/10/2025

Aceito em: 27/10/2025